

780, DE 1999
PROJETO DE LEI Nº



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. RENATO VIANNA)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Dispõe sobre a divulgação de informações obtidas em virtude do exercício de cargo ou função em instituição financeira ou órgão público responsáveis pela condução da política econômica nacional.

DESPACHO: 29/04/99 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 01/06/99

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 780, DE 1999
(DO SR. RENATO VIANNA)



Dispõe sobre a divulgação de informações obtidas em virtude do exercício de cargo ou função em instituição financeira ou órgão público responsáveis pela condução da política econômica nacional.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão
Constituição e Justiça e de Redação
Em 29/04/99
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 780, DE 1999

(Do Sr. Renato Vianna)

Dispõe sobre a divulgação de informações obtidas em virtude do exercício de cargo ou função em instituição financeira ou órgão público responsáveis pela condução da política econômica nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam acrescentados os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal -, com a seguinte redação:

"Art. 325

§ 1º Se a divulgação do fato resulta do exercício de cargo ou função em instituição financeira ou órgão público responsáveis pela condução da política econômica nacional:

Pena - detenção de dois a cinco anos.

§ 2º A pena prevista no parágrafo anterior será aumentada de um terço até metade, se as informações forem prestadas em troca de favorecimento ou benefício pessoal ou de terceiros.

§ 3º A condenação definitiva no crime previsto no § 1º deste artigo acarreta a inabilitação para o exercício de cargo ou função pública pelo período de dez anos."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O sigilo funcional visa a resguardar o efetivo funcionamento da administração pública. A condução política dos negócios públicos muitas vezes exigem o segredo como garantia da produção de seus efeitos e como condição de legalidade e de moralidade desses atos.

Os servidores responsáveis pelo funcionamento da política econômica nacional devem agir com discrição, a fim de evitar que a divulgação de fatos relacionados com sua atuação funcional venham a pôr em risco o resultado dessas operações. É um dever de ética que se impõe ao servidor público.

Utilizar-se dessas informações privilegiadas para obter benefício pessoal ou para gerar ganhos a terceiros constitui conduta criminosa de extrema gravidade, pois põe em perigo a estabilidade da política econômica nacional e compromete a credibilidade das instituições democráticas interna e externamente.

Todavia, fatos como esses vêm se repetindo com alarmante freqüência em nosso País, com resultados danosos para nossa economia, e para a Nação inteira, pondo em cheque a confiança nos atos do Governo, essencial à estabilidade política e econômica do Brasil.

Assim, torna-se necessária e urgente a adoção de medidas legislativas adequadas para coibir e punir com seriedade esses crimes vergonhosos que maculam a imagem do Governo e trazem prejuízos irreparáveis à Nação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Nesse sentido apresentamos este Projeto de Lei, prevendo pena de detenção que poderá chegar a sete anos e meio para aqueles que revelam segredos obtidos no exercício de cargo ou função em instituição financeira ou órgão público responsáveis pela política econômica nacional.

Para tanto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1999.


Deputado Renato Vianna

Lote: 78
Caixa: 32
PL N° 780/1999
5

PLENÁRIO - RECEBIDO

Em 29/09/99 às 16:41 hs

Nome [assinatura]

Ponto [assinatura]



DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940

CÓDIGO PENAL

.....
PARTE ESPECIAL
.....

TÍTULO XI
Dos Crimes Contra a Administração Pública
.....

CAPÍTULO I
Dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral
.....

- Violação de sigilo funcional

Art. 325 - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.
.....
.....